

PAC 2020

Prestação Anual de Contas

Índice

1- Relatório da Administração Societário.....	2
2- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias	10
2.1- Balanço Patrimonial	10
2.2- Demonstração do Resultado do Exercício	12
2.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
2.4- Demonstração do Fluxo de Caixa	14
2.5- Notas Explicativas	15
3- Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.....	38
3.1- Relatório dos Auditores Independentes	38
3.2- Parecer do Conselho Fiscal.....	40
4- Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controle Internos.....	41
5- Relatório da Administração Regulatório	48
6- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias	60
6.1- Balanço Patrimonial	60
6.2- Demonstração do Resultado do Exercício	62
6.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	63
6.4- Demonstração do Fluxo de Caixa	64
6.5- Notas Explicativas	65
7- Relatório dos Auditores Independentes	88

1- Relatório da Administração Societária

Missão

Oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza a família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, confiabilidade e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo.

Visão

Estar entre as três melhores cooperativas de energia elétrica do Brasil em termos de qualidade, confiabilidade, eficiência e cooperativismo, visando assim, o desenvolvimento econômico e social dos associados, consumidores e colaboradores.

Valores

- Cooperação em todas as atividades;
- Interesse pelo desenvolvimento da comunidade;
- Respeito as pessoas;
- Excelência na prestação de serviços;
- Isonomia nas decisões;
- Transparência;
- Ética;
- Respeito ao Meio Ambiente

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Associados

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Destacamos a seguir os principais equipamentos, materiais e serviços executados no sistema elétrico de distribuição:

01. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição, repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc.
Investimento em transformadores novos no valor de R\$ 292.293,04.
02. Foram comprados neste exercício, cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 786.067,89.
03. Dando continuidade às melhorias das redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 251 novos postes de várias bitolas (R\$ 450.432,86), bem como 375 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 50.809,35), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 20.425,38), totalizando investimento de R\$ 521.667,59.
04. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.365 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 78.229,15.

05. Foram utilizados 120 novos para-raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para-raios danificados, no valor total de R\$ 29.497,30.
06. Instaladas 162 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 32.265,20), 6 chaves seccionadoras By Pass (R\$ 6.350,51), 3 chaves seccionadoras polimérica (R\$ 1.560,00) e 64 chaves seccionadora porcelana (R\$ 25.697,65), totalizando investimento de R\$ 65.873,36.
07. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 911 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² (R\$ 55.672,80) e 380 hastes de terra (R\$ 16.040,10) no valor total de R\$ 71.712,90.
08. Para execução de projetos de construção, ampliação, melhoria e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, foram realizados 220 projetos, no valor aproximado de R\$ 1.665.880,00.
09. Aquisição de 417 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 125.194,71.
10. Aquisição de 1 novo religador trifásico, com controle automático, investimento de R\$ 55.560,20.
11. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 35.403,26.
12. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando ao máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 540.111,60.
13. Foram gerados no ano de 2020, 7.640 (sete mil, seiscentos e quarenta) processos de obras e/ou solicitações de atendimentos aos Associados, envolvendo redes de distribuição, poda de árvores próximas da rede, manutenção da iluminação pública, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, entre outros.

Destacamos a seguir as entidades beneficiadas com R\$ 740.221,53 de recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:

01. Rede Feminina De Combate Ao Câncer: R\$ 60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com 2118 procedimentos realizados pela Rede em 2020.

02. Apae: R\$ 250.000,00 para a ampliação e modernização da estrutura física da Sede. Além disso, foram mais R\$53.000,00 para ajudar na manutenção das atividades e no atendimento a 94 alunos.
03. Unidade básica de Saúde de São Ludgero: R\$ 186.900,00, para a manutenção do plantão médico 24 horas e aquisição de 1075 testes rápidos e equipamentos para ajuda ao enfrentamento da COVID-19.
04. Hospital Santa Teresinha: R\$ 60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo com mais de 4.000 atendimentos realizados pelo hospital a moradores de São Ludgero em 2020. Além disso, foram mais R\$ 55.000,00 para ajuda ao enfrentamento do COVID-19.
05. Pastoral Social: R\$ 27.700,00 para a manutenção das atividades e ajuda aos acamados e pessoas carentes.
06. Cooperativismo: R\$ 47.621,53 com ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista, com palestras e treinamentos para associados e funcionários, capacitações de profissionais da educação vinculadas às redes Estadual e Municipal, promoção do Dia Internacional da Mulher, palestras para pais e alunos e promoção do Dia C, além da promoção do Dia das Crianças e Natal Solidário em conjunto com as redes municipal e estadual de ensino.

Destacamos a seguir os principais processos e mudanças internas:

01. Como forma de atestar a qualidade dos serviços prestados, em 2020, a Cegero teve o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela NBR ISO 9001 e 10002, atestando que toda a Cooperativa, ou seja, todos os setores, seguem padrões internacionais de qualidade, visando sempre a isonomia e excelência nos serviços prestados.
02. Início dos trabalhos de adequação NBR ISO 14.001, buscando atestar o comprometimento com o meio ambiente, com previsão de certificação em 2021.
03. Início do processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; e
04. Manutenção dos treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente.

Com relação ao preço praticado, em 2020 a Cegero teve um reajuste médio negativo de -0,02% (menos dois centésimos por cento), passando a ter a tarifa de energia elétrica mais barata do Brasil, entre as 104 distribuidoras com tarifas homologadas pela ANEEL.

O efeito médio do reajuste percebido pelos consumidores faturados em Baixa Tensão foi negativo em -0,60%, com destaque para os consumidores residenciais e comerciais que

tiveram redução de -2,16%. Já para os consumidores faturados em Alta Tensão o efeito foi positivo em 0,15%.

Estudos apontam que a tarifa média nacional passou a ser aproximadamente 56% superior a tarifa praticada pela Cegero, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Realização de Leilão de Compra de Energia Elétrica, no dia 18 de novembro de 2020, tendo como empresa vencedora do certame a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, com o preço base de R\$ 148,28/MWh.

O contrato tem duração de pouco mais de 12 anos, com início do fornecimento em novembro de 2021, representando um total de R\$ 153.080.977,81 (cento e cinquenta e três milhões, oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) em energia contratada. Estima-se que a compra de energia no mercado livre resultará em uma economia de mais de R\$ 280 milhões ao longo de 12 anos e 2 meses de contrato.

Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:

01. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol;
02. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais;
03. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares;
04. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades, associações e eventos realizados no município;
05. Instalação gratuita de toda a iluminação de natal nas praças e avenidas do município;
06. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da sede administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 341 reservas no ano.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CEGERO.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CEGERO.

A Administração

ANEXO I - DADOS GERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES: LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES: A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão. Foram realizadas, no ano de 2020, 156 novas ligações, totalizando 6.329 unidades consumidores atendidas, número 2,53% superior ao ano de 2019.

CLASSE	2016	2017	2018	2019	2020
RESIDENCIAL	4.199	4.283	4.453	4.628	4.746
INDUSTRIAL	159	153	152	140	154
COMERCIAL	438	467	500	510	542
RURAL	869	893	804	801	790
PODERES PÚBLICOS	47	45	46	45	48
SERVIÇOS PÚBLICOS	28	32	35	38	39
ILUMINAÇÃO PÚB.	-	-	02	05	05
CONSUMO PRÓPRIO	05	06	06	06	05
TOTAL	5.745	5.879	5.998	6.173	6.329

2. COMPORTAMENTO DO MERCADO: No período de janeiro a dezembro de 2020, a Cegero adquiriu um total de 170.122.585 kWh e distribuiu 162.968.144 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,21%, ou seja, 7.154.441 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados registrou um crescimento de 0,1% em relação ao ano de 2019.

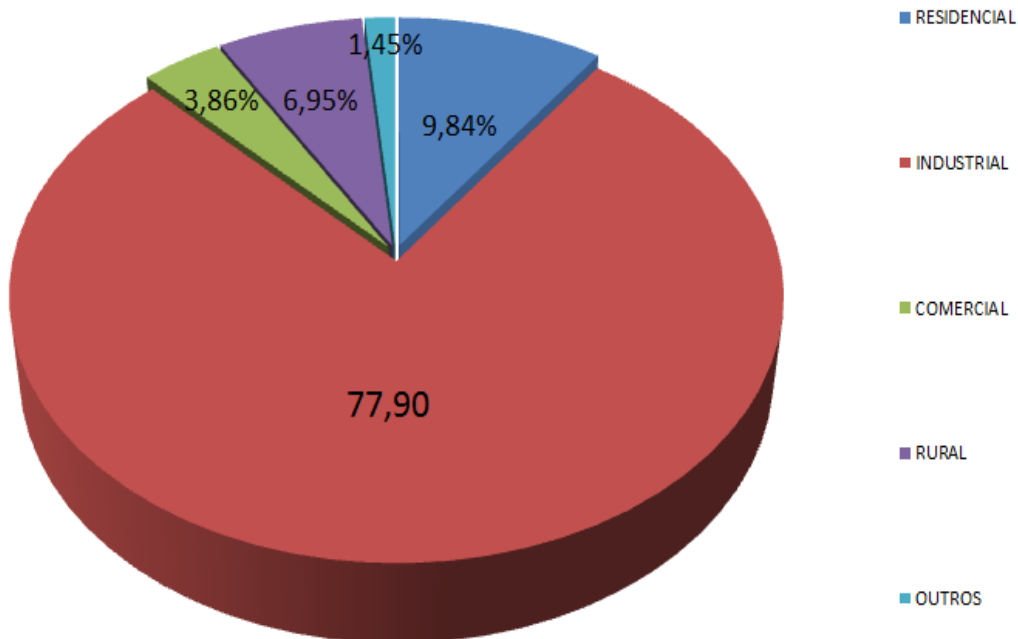
ENERGIA em MWh	2016	2017	2018	2019	2020
ADQUIRIDA	138.749,4	147.935,5	159.636,8	170.977,5	170.122,5
DISTRIBUIDA	133.803,1	139.852,2	150.552,5	162.812,8	162.968,1
PERDAS MWh	4.946,3	8.083,3	9.084,3	8.164,6	7.154,4
PERDAS %	3,56	5,46	5,69	4,77	4,21

3. CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMO: A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantém dados históricos estáveis nos últimos anos.

CLASSE	2016	2017	2018	2019	2020
RESIDENCIAL	9,60	9,78	9,25	9,47	9,84
INDUSTRIAL	78,70	78,62	79,73	78,45	77,90
COMERCIAL	4,04	3,87	3,71	3,92	3,86
RURAL	6,05	6,06	6,52	6,66	6,95
POD. PÚBLICOS	0,45	0,44	0,44	0,41	0,27
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,27	0,28	0,28	0,24	0,35
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,84	0,88	0,00	0,78	0,76
CONSUMO PRÓPRIO	0,05	0,07	0,07	0,07	0,07
TOTAL (%)	100	100	100	100	100

REPRESENTAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONSUMO POR CLASSE

Consumo (%) - Classe de Consumidores

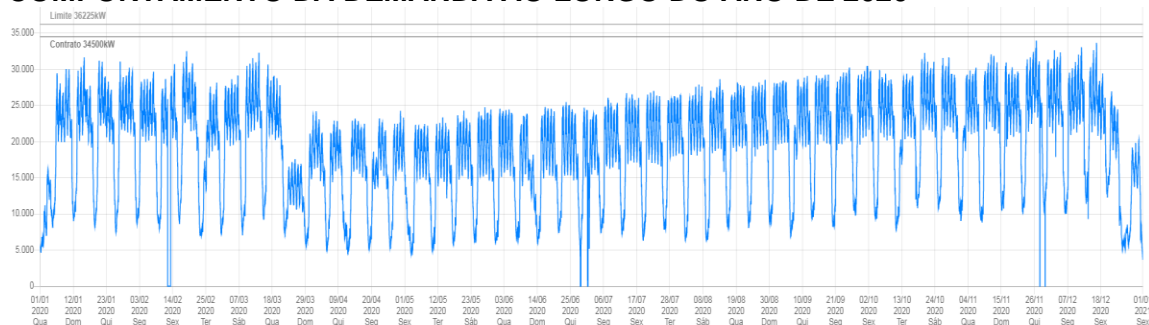


4. VARIÇÃO NA DEMANDA MÉDIA ANUAL ADQUIRIDA: Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima demanda medida, o valor de 34,0 MW (36,9 MVA), registrado no dia 26/11/2020 às 14:30 horas, que representa um crescimento de 6,98% em relação a maior demanda medida em 2019.

PONTA – 18:30 às 21:30

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2016	24,5	22,1	-	-
2017	25,7	23,1	5,07	4,45
2018	27,5	24,6	6,84	6,05
2019	28,9	25,2	5,09	2,44
2020	29,7	25,1	2,76	(-0,4)

COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2020



5. EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA:

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)			
	1Ø (km)	3Ø (km)	total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	total (km)
2017	26,84	259,81	286,65	88,81	9,41	202,20	300,42
2018	26,51	261,95	288,46	67,07	8,23	192,83	268,13
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	252,92
2020	25,56	271,91	297,47	72,43	7,49	184,27	264,19

6. TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO INSTALADOS NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	2016	2017	2018	2019	2020
COOPERATIVA	471	589	594	596	623
PARTICULARES	139	41	50	63	97
TOTAL	610	630	644	659	720

7. POTÊNCIA INSTALADA EM MVA NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		TOTAL
	CEGERO	PARTICULAR	
2016	20,4	49,8	70,2
2017	36,5	36,9	73,4
2018	37,1	42,1	79,2
2019	36,4	45,7	82,1
2020	38,6	46,8	85,4

2- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias

2.1- Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ATIVO

Descrição	N.E	Em reais	
		31/12/2020	31/12/2019
Circulante		31.142.286,35	24.531.170,26
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.173.996,36	12.668.194,36
Caixa	5.0	2.140,49	2.523,27
Numerários em Trânsito	5.0	9.437,03	406.662,86
Bancos Conta Movimento	5.0	3.345.770,03	70.532,61
Aplicações no Mercado Aberto	5.0	15.816.648,81	12.188.475,62
Direitos Realizáveis		11.968.289,99	11.862.975,90
Consumidores	7.1	9.395.476,24	10.144.141,79
Concessionárias e Permissionárias		402,72	210,66
Serviços em Curso	8.0	40.456,65	30.737,49
Tributos Compensáveis	9.1	55.016,04	40.057,00
Almoxarifado Operacional	10.0	48.682,11	51.564,61
Ativos Financeiros Setoriais	11.0	1.902.993,15	1.216.310,61
Despesas pagas Antecipadamente	12.0	2.002,16	4.707,29
Outros Ativos Circulantes	13.0	523.260,92	375.246,45
Não Circulante		27.061.824,40	22.809.475,20
Realizável a Longo Prazo		401.709,15	372.711,91
Tributos Compensáveis	9.2	70.892,37	46.739,64
Outros Ativos não Circulantes	14.0	330.816,78	325.972,27
Investimento		43.329,84	38.248,23
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica	15.0	43.329,84	38.248,23
Bens de Uso		1.937.247,49	2.173.299,61
Imobilizado	16.0	4.627.636,95	4.651.019,94
Depreciação Acumulada		(2.690.389,46)	(2.477.720,33)
Intangível		24.679.537,92	20.225.215,45
Intangível	17.0	33.174.555,32	28.208.160,84
Amortização Acumulada		(8.495.017,40)	(7.982.945,39)
Total do Ativo		58.204.110,75	47.340.645,46

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO

		Em reais	
Descrição	N.E	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		14.958.568,54	9.130.328,07
Fornecedores	18.0	5.158.852,72	4.061.368,80
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.0	661.844,14	648.991,35
Tributos	20.0	2.012.346,29	1.300.427,99
Encargos Setoriais	21.0	1.500.773,07	1.449.665,76
Passivos Financeiros Setoriais	22.0	5.228.855,20	1.252.784,94
Outros Passivos Circulantes	23.0	395.897,12	417.089,23
Não Circulante		391.949,84	135.638,36
Obrigações Vinc. à Concessão do Serv. Púb. de Energia Elétrica	24.0	391.949,84	135.638,36
Patrimônio Líquido		42.853.592,37	38.074.679,03
Capital social	26.0	222.480,00	214.830,00
Reservas de capital		41.802.503,77	37.171.382,62
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	27.A	36.194.267,95	32.327.427,81
Fundo de Reserva	27.B	4.979.643,15	4.427.237,42
FATES	27.C	628.592,67	416.717,39
Sobras à disposição da Assembleia	28.0	828.608,60	688.466,41
Total do Passivo		58.204.110,75	47.340.645,46

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.2- Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	N.E	31/12/2020	31/12/2019
01. Receita Operacional Bruta		80.006.739,37	72.403.130,86
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	29.0	73.357.658,51	69.681.827,84
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	29.0	2.333.605,45	(236.530,30)
(+) Serviços Cobráveis	29.0	38.034,47	38.020,37
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	29.0	1.564.335,52	1.087.975,40
(+) Outros Ingressos e Rendas	29.0	2.713.105,42	1.831.837,55
02. Dedução da Receita Bruta		(26.875.230,28)	(24.034.339,07)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	30.0	(17.907.656,98)	(16.729.076,11)
(-) Encargos do Consumidor	30.0	(8.967.573,30)	(7.305.262,96)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)		53.131.509,09	48.368.791,79
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica		(37.754.667,98)	(35.477.896,76)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	31.0	(37.754.667,98)	(35.477.896,76)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia		15.376.841,11	12.890.895,03
06. Despesas Operacionais		(11.451.019,57)	(9.812.658,87)
(+) Recuperação de Despesas	31.0	68.541,83	65.299,32
(-) Pessoal e Administrativo	31.0	(4.247.673,71)	(4.306.955,78)
(-) Material	31.0	(435.240,25)	(399.508,31)
(-) Serviços de Terceiros	31.0	(1.468.291,75)	(1.048.064,07)
(-) Depreciações	31.0	(1.300.948,79)	(1.279.683,64)
(-) Arrendamento e Aluguéis	31.0	(382.674,29)	(273.108,86)
(-) Seguros	31.0	(18.442,96)	(21.536,22)
(-) Despesas Tributárias	31.0	(15.743,81)	(17.359,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	31.0	(682.809,32)	(559.750,68)
(-) Provisão Para créditos de Líq. Duvidosa	31.0	(56.796,37)	(71.561,00)
(-) Outras Despesas Operacionais	31.0	(2.910.940,15)	(1.900.429,82)
07. Resultado Operacional (5+6)		3.925.821,54	3.078.236,16
08. Resultado Financeiro		1.053.955,74	1.204.556,15
(+) Receita de Aplicação Financeira	32.0	326.122,68	649.975,24
(+) Outras Receitas Financeiras	32.0	898.434,84	636.041,91
(-) Outras Despesas Financeiras	32.0	(170.601,78)	(81.461,00)
09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL		4.979.777,28	4.282.792,31
10. Tributos e Contribuições S/Resultado		(208.513,94)	(326.131,01)
(-) Provisão Contribuição Social	33.0	(61.547,81)	(92.681,74)
(-) Provisão para Imposto de Renda	33.0	(146.966,13)	(233.449,27)
11. Resultado Líquido (9+10)		4.771.263,34	3.956.661,30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
12 Resultados Abrangentes		752.794,00	633.114,77
(+) Reversão FATES		752.794,00	633.114,77
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			
13. Base para Destinações		5.524.057,34	
Resultado Com Cooperados		5.524.057,34	4.589.776,07
14. Destinações Estatutárias		(4.695.448,74)	(3.901.309,66)
(-) Reserva Legal		(552.405,73)	(458.977,61)
(-) FATES		(276.202,87)	(229.488,80)
(-) Manutenção e Ampliação		(3.866.840,14)	(3.212.843,25)
15. Sobras Líquidas do Período (13+14)		828.608,60	688.466,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital		Sobras a Disposição da AGO	Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2018	203.790,00	205.085,84	3.968.259,81	29.114.584,56	615.257,52	34.106.977,73
MUTAÇÕES EM 2019	11.040,00	211.631,55	458.977,61	3.212.843,25	73.208,89	3.967.701,30
Integralização de Capital	11.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.940,00
Incorporação das Sobras	0,00	615.257,52	0,00	0,00	(615.257,52)	0,00
Devolução de Capital	(900,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(900,00)
Reversão das Reservas	0,00	(633.114,77)	0,00	0,00	0,00	(633.114,77)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	4.589.776,07	4.589.776,07
Destinações	0,00	229.488,80	458.977,61	3.212.843,25	(3.901.309,66)	0,00
SALDO EM 31/12/2019	214.830,00	416.717,39	4.427.237,42	32.327.427,81	688.466,41	38.074.679,03
MUTAÇÕES EM 2020	7.650,00	211.875,28	552.405,73	3.866.840,14	140.142,19	4.778.913,34
Integralização de Capital	10.395,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.395,00
Incorporação das Sobras	0,00	688.466,41	0,00	0,00	(688.466,41)	0,00
Devolução de Capital	(2.745,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.745,00)
Reversão das Reservas	0,00	(752.794,00)	0,00	0,00	752.794,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	4.771.263,34	4.771.263,34
Destinações	0,00	276.202,87	552.405,73	3.866.840,14	(4.695.448,74)	0,00
SALDO EM 31/12/2020	222.480,00	628.592,67	4.979.643,15	36.194.267,95	828.608,60	42.853.592,37

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.4- Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em Reais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação	4.979.777,28	4.282.792,31
Sobras Líquidas Antes da Tributação	4.979.777,28	4.282.792,31
2 - Ajuste Por	6.418.670,28	(5.807.103,35)
Amortização Acumulada	724.741,14	935.464,54
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	748.665,55	(1.863.441,95)
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(192,06)	(210,66)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(39.111,77)	86.048,75
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(9.719,16)	(6.803,74)
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	2.882,50	15.467,05
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(686.682,54)	(1.003.646,13)
(Aumento) ou Diminuição de Depósitos Judiciais e Cauções	0,00	9.513,16
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas Antecip.	2.705,13	(225,87)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(152.858,98)	(25.084,56)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.097.483,92	(8.100.761,52)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	12.852,79	103.608,26
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	711.918,30	1.205.167,27
(Diminuição) ou Aumento de Provisão para Litígios	0,00	(150.000,00)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	51.107,31	1.445.974,74
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financ. Setoriais	3.976.070,26	1.229.979,06
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(21.192,11)	311.848,25
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	11.398.447,56	(1.524.311,04)
4- Caixa Proveniente das Operações	(208.513,94)	(326.131,01)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(208.513,94)	(326.131,01)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.(3+4)	11.189.933,62	(1.850.442,05)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(4.691.781,62)	(1.390.877,68)
Ativo Imobilizado / Intangível	(4.943.011,49)	(1.474.319,05)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	256.311,48	105.668,07
Participação em Cooperativas de Crédito	(5.081,61)	(22.226,70)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	7.650,00	11.040,00
Integralização de Capital	10.395,00	11.940,00
Devolução de Capital	(2.745,00)	(900,00)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	6.505.802,00	(3.230.279,73)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	6.505.802,00	(3.230.279,73)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	12.668.194,36	15.898.474,09
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	19.173.996,36	12.668.194,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.5- Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2020 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de

setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão Nº 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000 (R1) de 2016, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 17 de outubro de 2019, que dispõe sobre auditoria das estimativas contábeis.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBCTG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais

de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores a Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8).

Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendência e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

▪ **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

▪ **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo

valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos

que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidadas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita Não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Receita de Construção e Custo de Construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) "Contratos de Construção" e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

• **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento a Ofícios de Encerramento e Despachos ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	Em Reais	
	2020	2019
Caixa Geral	1.140,49	1.523,27
Bancos Contas Movimento	3.345.770,03	70.532,61
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	9.437,03	406.662,86
Aplicações no Mercado Aberto	15.816.648,81	12.188.475,62
Banco Do Brasil S.A.	540.828,92	552.508,72
Sicoob/SC – Credivale	3.314.290,71	3.227.673,82
C.E.F. Fundos de Investimento	3.306.884,16	3.245.429,29
Bradesco Invest	116.356,10	50.281,00
Unicred Aplicação Financeira	5.227.929,33	5.112.582,79
Banco Do Brasil Fundos RF LP	2.006.322,23	0,00
Banco Do Brasil Fundos CDB DI	1.304.037,36	0,00
Total Caixa e Equivalentes	19.173.996,36	12.668.194,36

6. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos seis dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Faturados	6.329	6.173
Total	6.329	6.173

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

7.1. Composição das contas a receber

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

Em Reais

DESCRIÇÃO	2020	2019
Residencial	793.058,32	815.626,26
Industrial	6.681.702,61	7.753.271,94
Comercial	427.488,82	420.755,04
Rural	537.527,14	468.481,84
Poderes Públicos	24.511,00	33.987,43
Iluminação Pública	38.016,84	30.798,33
Serviço Público	20.100,56	0,00
Receita não Faturada	459.906,19	645.210,03
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(198.874,00)	(164.191,37)
Serviços Cobráveis	9.302,69	6.949,85
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(512,50)	(338,59)
Participação Financeira	40.624,49	51.678,38
Parcelamentos	889.211,33	463.701,57
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(331.193,60)	(444.661,76)
Outros	4.606,35	62.872,84
Total	9.395.476,24	10.144.141,79

7.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

Em Reais

	Saldos		Vencidos		2020	Saldo 2019
	Vincendos		Até 90	Mais 90 dias		
Consumidores						
Residencial	651.508,04		119.236,73	6.608,71	777.353,48	805.704,17
Industrial	6.156.551,31		323.145,70	166.429,16	6.646.126,17	7.710.053,89
Comercial	331.550,78		70.855,60	15.849,46	418.255,84	416.562,37
Rural	461.059,75		68.338,04	2.996,77	532.394,56	465.757,83
Poder Público	24.090,86		377,88	0,00	24.468,74	33.957,52
Iluminação	35.262,55		2.493,54	232,08	37.988,17	30.756,87
Multas e Juros	48.097,89		33.157,83	4.562,61	85.818,33	60.128,19
Total	7.708.121,18		617.605,32	196.678,79	8.522.405,29	9.522.920,84

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

8. SERVIÇOS EM CURSO

Os saldos referentes aos “Serviços em Curso”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2020	2019
Serviço Próprio	40.456,65	30.737,49
Total	40.456,65	30.737,49

9. TRIBUTOS A COMPENSAVEIS

9.1 Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2020	2019
IRPJ Saldo Negativo	6.044,39	0,00
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Saldo Negativo	5.886,39	0,00
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	43.085,26	39.287,23
Total	55.016,04	39.287,23

9.2 Não Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Longo Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2020	2019
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	70.892,37	46.739,64
Total	70.892,37	46.739,64

10. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2020	2019
Almoxarifado Operacional	45.047,92	34.324,17
Estoque de Sucatas	3.114,19	17.240,44
Adiantamento a Fornecedores	520,00	0,00
Total	48.682,11	51.564,61

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica bem como os destinados à construção.

11. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Ativos Financeiro Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Em reais	
	2020	2019
Neutralidade Ativa Conta - COVID	127.897,59	0,00
Neutralidade Ativa TFSEE PRO	895,44	0,00
Neutralidade Ativa CDE Processo Anterior	89.069,20	0,00
Neutralidade Ativa PROINFA Processo Anterior	14.481,04	0,00
Repasse de PIS COFINS CUSD	156.563,21	67.785,54
Repasse de PIS COFINS TE	663.809,47	241.822,27
Repasse de PIS COFINS CUSD Processo Anterior	190.800,24	106.092,32
Repasse de PIS COFINS TE Processo Anterior	659.476,96	800.610,48
Total	1.902.993,15	1.216.310,61

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2020	2019
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de Bens	0,00	2.766,14
Prêmios de Seguros	2.002,16	1.941,15
Total	2.002,16	4.707,29

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

Descrição	2020	2019
Adiantamento de férias	53.636,07	67.453,99
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	2.526,52
Alienação de Bens e Direitos	4.333,30	8.000,00
Reembolsos do Fundo da CDE	270.620,25	122.434,21
(-) Provisão para Créditos de LÍq. Duvidosa	(150.710,91)	(150.710,91)
OI S.A. - Compartilhamento de Infra-	36.354,70	27490,10
Cheques Devolvidos	150.710,91	150.710,91
SESCOOP/SC	1.053,84	3.700,00
Proinfa	96.393,41	121.965,56
Desativações Em Curso	58.342,83	21.676,07
Total	523.260,92	375.246,45

14. OUTROS ATIVOS- NÃO CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2020	2019
Ativo Financeiro da Permissão	330.816,78	325.972,27
Total	330.816,78	325.972,27

15. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

Descrição	2020	2019
Quotas Unicred	17.667,22	17.667,22
Quotas Sicoob	25.662,62	20.581,01
Total	43.329,84	38.248,23

A Cegero mantém conta corrente na Cooperativa de crédito Sicoob e Unicred o que além das cotas partes integralizadas também capitaliza sobras distribuídas.

16. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
DISTRIBUIÇÃO	964.055,16	121.870.351,27	121.982.103,28	852.303,15
TERRENOS	0,00	315.000,00	315.000,00	0,00
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E	0,00	218.877,00	218.877,00	0,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	924.976,10	28.918.360,72	28.896.072,72	947.264,10
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	0	1.730,00	1.730,00	0,00
VEICULOS	1.275.642,59	8.786,00	6.599,56	1.277.829,03
MOVEIS E UTENSILIOS	170.446,32	7.797,00	3.487,00	174.756,32
(-) IMOBILIZADO REVERSIVEL EM	0,00	55.860.397,76	55.860.397,76	0,00
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E	0,00	85.768,17	85.768,17	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(378.889,80)	8.895.384,23	8.948.966,99	(432.472,56)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	0,00	0,30	0,30	0,00
VEICULOS	(963.842,02)	6.599,56	82.740,85	(1.039.983,31)
MOVEIS E UTENSILIOS	(64.278,03)	224,6	11.037,00	(75.090,43)
(-) IMOBILIZADO REVERSIVEL	0,00	16.437.543,21	16.437.543,21	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	3.199.811,83	3.199.811,83	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	0,00	1.730,00	1.730,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	0,00	106.196,90	106.196,90	0,00
MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	4.310,00	4.310,00	0,00
MATERIAL EM DEPOSITO	0,00	3.238.155,33	3.238.155,33	0,00
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	1.934.538,94	1.934.538,94	0,00
ADIANTAMENTO A	0,00	2.629.139,72	2.629.139,72	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.209.244,45	126.851,32	251.151,43	1.084.944,34
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.114.634,66	12.894,63	0,00	1.127.529,29
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	196.670,38	0,00	77.062,06	119.608,32
VEICULOS	237.130,10	0,00	0,00	237.130,10
MOVEIS E UTENSILIOS	731.519,79	12.000,00	0,00	743.519,79
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(446.238,31)	0,00	86.292,33	(532.530,64)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -	(196.670,38)	77.062,06	0,00	(119.608,32)
VEICULOS	(171.923,90)	0,00	24.507,35	(196.431,25)
MOVEIS E UTENSILIOS	(255.877,89)	0,00	38.395,06	(294.272,95)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	12.894,63	12.894,63	0,00
MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
Total	2.173.299,61	121.997.202,59	122.233.254,71	1.937.247,49

17. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao "Intangível", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em reais

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
DISTRIBUIÇÃO	20.193.292,91	41.094.774,68	36.630.836,12	24.657.231,47
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E	218.877,00	218.877,00	218.877,00	218.877,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	26.658.882,78	28.099.997,93	26.658.882,78	28.099.997,93
MOVEIS E UTENSILIOS	3.487,00	3.487,00	3.487,00	3.487,00
EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E	(78.265,96)	78.265,96	85.768,17	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(7.888.777,48)	7.888.777,48	8.384.500,34	
MOVEIS E UTENSILIOS	(6,66)	6,66	224,60	(224,60)
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	2.558.709,23	0,00	2.558.709,23
MATERIAL EM DEPOSITO	916.537,40	1.507.327,96	916.537,40	1.507.327,96
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	362.558,83	739.325,46	362.558,83	739.325,46
ADMINISTRAÇÃO	31.922,54	0,00	9.616,09	22.306,45
SOFTWARE CONTABILIDADE	150,02	0,00	150,02	0,00
SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO	230,02	0,00	230,02	0,00
SOFTWARE CORRECAO	150,02	0,00	150,02	0,00
SOFTWARE CONTROLE DE	150,02	0,00	150,02	0,00
SOFTWARE FATURAMENTO	150,02	0,00	150,02	0,00
SOFTWARE CONTAS PAGAR /	156,99	0,00	156,99	0,00
SOFTWARES	43.739,24	0,00	0,00	43.739,24
DIREITOS, MARCAS E PATENTES	2.614,19	0,00	0,00	2.614,19
DIREITOS, MARCAS E PATENTES -	477,31	0,00	0,00	477,31
SOFTWARES	(14.927,69)	0,00	8.629,00	
DIREITOS, MARCAS E PATENTES	(490,29)	0,00	0,00	(490,29)
DIREITOS, MARCAS E PATENTES -	(477,31)	0,00	0,00	(477,31)
Total	20.225.215,45	41.094.774,68	36.640.452,21	24.679.537,92

18. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Fornecedores	2020	2019
CELESC Distribuições S/A	4.936.748,61	3.502.741,18
Materiais e Serviços	222.104,11	179.627,62
Outros	0,00	379.000,00
Total	5.158.852,72	4.061.368,80

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2020	2019
Empregados	94.998,05	86.940,51
Diretores e Conselheiros	19.298,89	20.394,73
Provisão de Férias	334.332,12	330.195,91
INSS S/Provisão de Férias	99.799,14	100.935,94
FGTS S/Provisão de Férias	26.694,17	26.415,38
PIS S/Provisão de Férias	3.343,33	3.301,93
INSS	22.277,62	19.943,24
IRRF	59.046,27	58.846,58
Mensalidade Sintresc	2.054,55	2.017,13
Total	661.844,14	648.991,35

20. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2020	2019
IRPJ a Recolher	0,00	3.587,03
ICMS	1.783.332,82	1.120.709,83
Contribuição Fundo Social	113.829,75	71.534,66
ISS Retido na Fonte	3.103,20	962,22
INSS	73.241,90	67.768,46
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	5.594,50	3.348,45
FGTS	26.980,58	25.088,12
PIS S/ Folha de Salários	3.398,23	3.148,43
Contribuições Sociais Retidas na Fonte -	2.168,22	3.247,51
Imposto de Renda Retido na Fonte	697,09	1.033,28
Total	2.012.346,29	1.300.427,99

21. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Fornecedores	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	680.274,03	651.791,12
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica - TFSE	4.358,97	4.230,84
Conta Bandeiras	816.140,07	776.091,71
Conta Bandeiras não Faturado	0,00	17.552,09
Total	1.500.773,07	1.449.665,76

22. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados, estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Fornecedores	2020	2019
Neutralidade Passiva TFSEE	3.097,15	613,90
Neutralidade Passiva CDE	507.350,79	143.834,50
Neutralidade Passiva Proinfa	73.511,20	28.785,57
Neutralidade Passiva TFSEE Processo Anterior	0,00	1.424,08
Neutralidade Passiva CDE Processo Anterior	0,00	201.891,68
Neutralidade Passiva Proinfa Processo Anterior	0,00	48.484,72
Retenção Bandeiras Tarifárias	0,00	827.750,49
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Atual*	1.002.786,78	0,00
Neutralidade Passiva Bandeiras Tarifárias Processo Anterior	1.112.908,64	0,00
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Anterior*	2.529.200,64	0,00
Total	5.228.855,20	1.252.784,94

*A CEGERO foi uma das 61 distribuidoras (50 concessionárias e 11 permissionárias) que aderiram ao empréstimo da Conta-COVID.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto nº 10.350 dispôs sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e deu outras providências.

A REN ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Em julho de 2020, a CEGERO encaminhou à ANEEL o Termo de Aceitação – TA, contendo os valores requeridos e os ativos estimados para o período, no valor total de R\$ 4.793.801,00. Os repasses da CONTA COVID foram efetuados pela CCEE na conta corrente da CEGERO junto ao Banco do Brasil, Agência 3422-3, conta 2761-8, conforme tabela abaixo:

Desembolso	Valor R\$	Data do recebimento
1º Desembolso	1.000.000,00	31/07/2020
2º Desembolso	1.000.000,00	12/08/2020
3º Desembolso	1.793.801,00	14/09/2020
4º Desembolso	250.000,00	13/10/2020
5º Desembolso	250.000,00	12/11/2020
6º Desembolso	250.000,00	14/12/2020
7º Desembolso	250.000,00	28/12/2020

É competência regulatória da ANEEL em relação à matéria, além de anuir aos contratos de crédito firmados pela CCEE e homologar os valores mensais de repasse da Conta Covid às distribuidoras, a definição do encargo tarifário de CDE a ser cobrado a partir de 2021, observando os repasses efetuados e as condições contratuais.

Conforme regulamentação, o valor do encargo para a amortização da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas,

incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações, conforme abaixo:

Aspectos contratuais

Item contratual	Parâmetro
Remuneração	CDI + 2,8%
Carência	Até 15/07/2021
Reserva de Liquidez	10% do saldo devedor
Saldo mínimo em conta	3 parcelas
Pagamento	54 parcelas

Do valor total transferido à CEGERO de R\$ 4.793.801,00, o valor de R\$ 3.793.801,00 foi revertido como componente financeiro negativo no processo tarifário de 2020, assegurada a neutralidade. Foi ainda reconhecido o correspondente passivo financeiro setorial do valor recebido e não revertido no processo tarifário de 2020 de R\$ 1.000.000,00, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.

O valor do Encargo CDE Conta Covid será incluído a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025). Cabe salientar que a ANEEL revisitará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período.

O valor do Encargo CDE Conta Covid deve ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na CONTA COVID, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Por fim, o Encargo CDE Conta Covid a ser considerado nos processos tarifários de 2021 está presente no Anexo I do Despacho ANEEL nº 181, de 26 de janeiro de 2021, conforme abaixo:

ANEXO I

ENCARGO CDE CONTA COVID

Distribuidora	Cobertura Tarifária Anual	Encargo Mensal
CEGERO	R\$ 1.623.330,39	R\$ 135.277,53

23. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Passivos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Contas	2020	2019
Contas Pagas em Duplicidade	11.598,35	4.909,47
Recebimentos a Identificar	8.255,81	8.104,24
Adiantamentos de Consumidores	7.522,91	15.090,47
Capital Social a Restituir	20.276,50	17.576,50
Micro e Mini Geração	248.434,88	268.902,46
Bônus Itaipu	5,77	3,23
Convênio APAE	1.569,00	1.194,00
Convênio R.F.C.C.	3.597,50	3.326,50
Convênio Hospital STA. Teresinha de BN	18.540,00	17.200,00
Convênio Jornal Folha do Vale	538,65	1.140,00
Convênio Jornal Cidade Notícias	5.187,00	6.156,00
Convênio Jornal Destaque	1.410,75	2.023,50
Outras Contas a Pagar	337,10	0,00
Prefeitura Municipal de São Ludgero	0,00	10.000,00
Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	54.990,35	49.899,37
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	3.061,69	2.966,02
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	424,16	342,19
Convênio Hospital Santa Otilia	1.581,00	403,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	7.669,31	7.506,48
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	444,01	345,80
Compensação Financ. Prazos e Atendimento Com.	100,37	0,00
Pro- Emprego (Fundo Educação Superior)	156,45	0,00
Pro- Emprego (Fundo Social)	195,56	0,00
Total	395.897,12	417.089,23

24. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Fornecedores	2020	2019
Participação Financeira do Consumidor	147.635,59	0,00
Doações e Subvenções Destinadas a Invest. no Serviço C	208.889,82	0,00
Participação Financeira do Consumidor	(1.966,66)	0,00
Doações E Subvenções Destinadas a Invest. no Serviço C	(3.254,38)	0,00
Participação Financeira do Consumidor	0,00	135.638,36
Valores Pendentes de Recebimento	40.559,41	0,00
Valores não Aplicados	86,06	0,00
Total	391.949,84	135.638,36

25. PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Conforme relatório do setor Jurídico, em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa não possuía nenhuma ação com prognósticos de possíveis ou prováveis perdas.

Tipo da ação	Situação Resumida	Prognóstico 2020		Prognóstico 2019	
		Provável	Possível	Provável	Possível
		Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais
Ação de Indenização	Ação de Indenização nº 5000935-18.2019.8.24.0010	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Ação de Indenização	Ação de Indenização nº 0301144-04.2016.8.24.0010	0,00	0,00	0,00	4.325,00
Total		0,00	0,00	5.000,00	4.325,00

26. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	Em Reais	
	2020	2019
Capital subscrito	225.045,00	217.530,00
(-) Capital a integralizar	(2.565,00)	(2.700,00)
Total	222.480,00	214.830,00

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.001 (Cinco mil e um) associados em 31 de dezembro de 2020.

27. RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

a) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

c) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

No exercício de 2020, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

Em Reais

Descrição	2020	2019
Fundo de Reserva	4.979.643,15	4.427.237,42
FATES	628.592,67	416.717,39
Fundo de Reserva para Expansão e	36.194.267,95	32.327.427,81
Total	41.802.503,77	37.171.382,62

28. SOBRAS ACUMULADAS

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2020 está no valor de R\$ 828.608,90, e para 2019 foi de R\$ 688.466,41. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

Em Reais

Descrição	2020	2019
09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e	4.979.777,28	4.282.792,31
10. Tributos e Contribuições	(208.513,94)	(326.131,01)
(-) Provisão Contribuição Social	(61.547,81)	(92.681,74)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(146.966,13)	(233.449,27)
11. Resultado Líquido (9+10)	4.771.263,34	3.956.661,30
12. Resultados Abrangentes	752.794,00	633.114,77
(+) Reversão FATES	752.794,00	633.114,77
13. Base para Destinações	5.524.057,34	4.589.776,07
Resultado Com Cooperados	5.524.057,34	4.589.776,07
14. Destinações Estatutárias	(4.695.448,74)	(3.901.309,66)
(-) Reserva Legal	(552.405,73)	(458.977,61)
(-) FATES	(276.202,87)	(229.488,80)
(-) Manutenção e Ampliação	(3.866.840,14)	(3.212.843,25)
15. Sobras Líquidas do Período (13+14)	828.608,60	688.466,41

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

29. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes as “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Descrição	2020	2019
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	7.435.661,19	6.888.262,15
Industrial	57.649.669,59	54.618.650,72
Comercial, Serviços e Outras Atividades	3.211.941,32	3.106.758,64
Rural	4.395.478,30	3.586.152,30
Poder Público	235.458,46	312.935,89
Iluminação Pública	348.470,09	360.570,31
Serviço Público	259.395,79	161.392,10
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos Financeiros	2.333.605,45	(236.530,30)
Ingresso de Fornecimento a Cooperado	6.887,61	1.895,70
Fornecimento Não Faturado	(185.303,84)	645.210,03
Doações, Contribuições e Subvenções	1.564.335,52	1.087.975,40
Total Fornecimento Energia	77.255.599,48	70.533.272,94
Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	287.534,99	331.615,43
Serviço Taxado	38.034,47	38.020,37
Serviço de Manutenção de Iluminação Pública	104.000,00	45.000,00
Serviço de Guindaste	0,00	121,00
Arrecadação de Convênios	36.489,08	38.303,73
Ganhos na Alienação de Materiais	30.201,90	137.701,16
Receita de Construção	2.246.653,42	1.279.096,23
Outras Receitas	8.226,03	0,00
Total das Receitas Operacionais	2.751.139,89	1.869.857,92
Total Geral	80.006.739,37	72.403.130,86

30. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Em Reais

Conta	Imposto	2020	2019
Tributos Sobre a Receita		(26.875.230,28)	(24.034.339,07)
	ICMS-ISS	(17.907.656,98)	(16.729.076,11)
	Encargos Consumidor	(8.967.573,30)	(7.305.262,96)
Total Deduções da Receita		(26.875.230,28)	(24.034.339,07)

31. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

	Em Reais	
DESCRIÇÃO	2020	2019
CUSTOS	(37.754.667,98)	(35.477.896,76)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(37.754.667,98)	(35.477.896,76)
DESPESAS	(11.451.019,57)	(9.812.658,87)
(+) Recuperação de Despesas	68.541,83	65.299,32
(-) Pessoal e Administrativo	(4.247.673,71)	(4.306.955,78)
(-) Material	(435.240,25)	(399.508,31)
(-) Serviços de Terceiros	(1.468.291,75)	(1.048.064,07)
(-) Depreciações	(1.300.948,79)	(1.279.683,64)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(382.674,29)	(273.108,86)
(-) Seguros	(18.442,96)	(21.536,22)
(-) Despesas Tributárias	(15.743,81)	(17.359,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(682.809,32)	(559.750,68)
(-) Provisão Para créditos de Líq. Duvidosa	(56.796,37)	(71.561,00)
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.910.940,15)	(1.900.429,82)

32. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

	Em Reais		
Grupo	Contas	2020	2019
Receitas Financeiras		1.224.557,52	1.286.017,15
	Rendas Aplicação Financeira	326.122,68	649.975,24
	Acrésc. Moratório Energia	356.845,05	281.906,87
	Desconto transferência ICMS	0,00	299.300,41
	Ativo Financeiro Setorial	38.319,10	23.032,36
	Distr. Sobras Coop. Crédito	0,00	21.547,44
	Juros sobre capital próprio	0,00	679,26
	Juros sobre depósito judicial	0,00	637,25
	Outras Receitas Financeiras	479.230,31	8.938,32
	Lucros ou Dividendos Receb.	24.040,38	0,00
Despesas Financeiras		(170.601,78)	(81.461,00)
	Juros - IOF s/ Aplicação Fin.	(694,09)	(19.478,03)
	Passivo Financeiro Setorial	(58.122,85)	(12.834,99)
	Comissão transferência ICMS	0,00	(31.019,33)
	Outras Desp. Financeiras	(111.784,84)	(18.128,65)
Resultado Financeiro		1.053.955,74	1.204.556,15

33. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Em Reais
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	683.864,51
IRPJ 15%	102.579,68
IRPJ ADICIONAL 10%	44.386,45
IRPJ TOTAL PROVISIONADO	146.966,13
CSLL TOTAL PROVISIONADO	61.547,81
TOTAL DE IRPJ E CSL	208.513,94

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de Risco de Crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda Estrangeira

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2020.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Valentim Baschiroto
Secretário
CPF: 343.516.129-91



Adilson Soethe
Contador CRCSC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

3- Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal

3.1- Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 12 de Fevereiro de 2021.

**HERMENEGILDO
JOAO**

VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por

HERMENEGILDO JOAO

VANONI:29601045953

Dados: 2021.02.22 14:45:11

-03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

3.2- Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

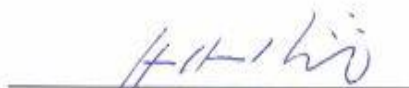
São Ludgero, 24 de fevereiro de 2021.



William Philippi
Conselheiro - Coordenador



Nilo Hobold
Conselheiro



Jairo De Bona Da Silva
Conselheiro - Secretário

4- Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para aprimoramento dos controles internos

AUDICONSULT ***AUDICONSULT Auditores S/S***

I – RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução 605 da ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta à emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2020, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos:

A Cooperativa possui normas internas direcionadas ao recebimento e pagamentos, sendo que todas as operações são realizadas através de rede bancária e afins.]

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis constam conciliação e apresentam saldo adequado.

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Inventário Físico:

A cooperativa mantém controle físico de materiais mantidos em estoque. Identificamos que é prática da cooperativa a formalização dos procedimentos aplicados na execução do inventário físico.

Ambiente de Controle Interno:

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Departamento Técnico
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo OCESC e SESCOOP-SC, em parceria com a FECOERUSC.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useal Sistemas. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

4. Documentação Legal

4.1- Atas de Assembléias Gerais

As assembléias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento.

As deliberações observam regularmente o que determina a Lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa.

A Assembleia Geral Ordinária Digital realizada em 29 de setembro de 2020, está registrada na JUCESC em 16 de outubro de 2020, sob o número 20202870855.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

4.2 - Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne-se regularmente a cada mês e delibera de acordo com o que determina o artigo 34º do Estatuto Social, emitindo ata com as deliberações tomadas, estando registrado em atas emitidas eletronicamente. Verificamos que o conselho vem cumprido o determinado em estatuto social, uma vez que vem atendendo as determinações da assembléia, efetuando o planejamento e traçando normas para as operações e serviços da cooperativa e controlando seus resultados.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de março de 2017, foi realizada eleição do Conselho de Administração para período de 2017 – 2021, sendo obedecido o que determina a Lei 5764/71, que obriga a renovação de no mínimo 1/3 dos conselheiros.

Em leitura das atas, constatamos que na ata do mês de 17 de fevereiro de 2020, foram aprovadas nova Marca da Cegero a ser apresentada na AGO. Na ata de 18 de março, foi cancelada a data da Assembleia Geral Ordinária, em virtude da pandemia – Covid 19.

Na ata do mês de abril de 2020, foram aprovadas as destinações financeiras, Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte, no valor de R\$ 50.000,00 para aquisições EPIS – Covid-19, R\$ 5.000,00 para ACIVALE, R\$ 15.000,00 para Secretaria Municipal de Saúde de São Ludgero, para APE de São Ludgero R\$ 4.000,00, para Rede Feminina de Combate ao Câncer no valor de R\$ 5.000,00, Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte no valor de R\$ 5.000,00 e para Pastoral Social de São Ludgero no valor de R\$ 25.000,00.

Na ata do mês de maio de 2020, foram aprovadas como doação antecipação dos recursos do FATES, no valor de R\$ 50.000,00 a favor da Associação Social Recreativa Cegero. Na ata do mês de junho foi aprovado o Código de Ética da Cegero.

4.3 - Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente e delibera de acordo com o que determina o artigo 40º do Estatuto Social, emitindo uma ata eletronicamente com as deliberações tomadas, estando registrado em livro de atas. Efetuando a análise da documentação referente ao balancete do mês anterior a reunião.

Verificamos que o conselho vem emitindo parecer referente às contas do exercício financeiro, aprovando as contas e o resultado do exercício, recomendando a aprovação pela assembléia.

Na Assembleia Geral Ordinária Digital realizada em 29 de setembro de 2020, foi realizada e eleição do Conselho Fiscal para o ano de 2020, sendo obedecido o que determina a Lei 5764/71, que determina a reeleição de apenas 1/3 dos conselheiros. Em 12 de março de 2020, foi emitido o parecer favorável referente ao exercício 2019.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

4.4 - Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2017, registrado na JUCESC em 11 de janeiro de 2018, sob número 20170852431.

4.5 - Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEAL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2020, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

Em Reais		
Provisão Para Devedores Duvidosos		
Em Reais		
Consumidor / Concessionárias/ Permissionárias	2020	2019
Residencial	6.860,12	4.720,80
Industrial	173.284,26	144.577,08
Comercial	15.489,78	11.648,74
Rural	3.007,76	3.244,75
Iluminação Pública	232,08	0,00
Total	198.874,00	164.191,37

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Inadimplência:

De acordo com os relatórios em 31/12/2020, a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 814.284,11. Este montante representa 9,55% do total das Operações de Fornecimento de Energia e Serviços.

Consumidores	Vincendos	%	Vencidos	%	Em Reais	
					Total	%
Residencial	651.508,04	7,64%	125.845,44	1,48%	777.353,48	9,12%
Industrial	6.156.551,31	72,24%	489.574,86	5,74%	6.646.126,17	77,98%
Comercial	331.550,78	3,89%	86.705,06	1,02%	418.255,84	4,91%
Rural	461.059,75	5,41%	71.334,81	0,84%	532.394,56	6,25%
Poder Público	24.090,86	0,28%	377,88	0,00%	24.468,74	0,29%
Iluminação Púb	35.262,55	0,41%	2.725,62	0,03%	37.988,17	0,45%
Multas e Juros	48.097,89	0,56%	37.720,44	0,44%	85.818,33	1,01%
Total	7.708.121,18	90,45%	814.284,11	9,55%	8.522.405,29	100,00%

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

HERMENEGILDO

JOAO

VANONI:2960104595

3

Assinado de forma digital
por HERMENEGILDO JOAO

VANONI:29601045953

Dados: 2021.02.19

11:26:48 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

5- Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

O Presidente do Conselho de Administração da Cegero apresenta o relatório da administração do exercício de 2020, certo de que nossas ideias e ações estão condizentes com o negócio da cooperativa que é distribuir energia elétrica.

Os pilares que guiam nossas atividades são:

- **Transparência:** Uma Cooperativa é uma organização que pertence a todos os associados. Logo, todos precisam ter 100% de clareza do que se passa dentro da mesma. A transparência é fundamental na gestão da Cooperativa e faz parte na nossa essência.
- **Pertencimento:** Não existe apenas um presidente. Todos os associados fazem parte e são corresponsáveis pela cooperativa. Todos precisam e devem ter voz ativa durante a gestão da mesma, por meio das Assembleias Gerais e acompanhamento periódico dos resultados da Cooperativa.
- **Isonomia:** Não pensando apenas em um, mas em todos. Que todos tenham acesso aos mesmos serviços e recursos, sem discriminação. Esse é um dos pilares do cooperativismo que direciona e mantém firme nosso propósito. Uma cooperativa de todos e para todos.

Somos a menor tarifa do Brasil entre 105 distribuidoras, graças às pessoas que aqui fazem parte, processos muito bem organizados e energia de qualidade.

Por fim, reforço nosso compromisso com os associados de buscar sempre a menor tarifa e entregar uma energia com qualidade e confiabilidade do sistema.

Francisco Niehues Neto

Presidente do Conselho Administrativo

Cenário

A CEGERO atua no segmento de distribuição de energia elétrica, ao longo de 57 anos de existência.

A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 156 novas ligações, totalizando 6.324 consumidores atendidos pela Outorgada, número 2,55% superior ao de 2019.

Número de Consumidores

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	4.199	4.283	4.453	4.628	4.746
Comercial	438	467	500	510	542
Industrial	159	153	152	140	154
Rural	869	893	804	801	790
Poderes Públicos	47	45	46	45	48
Iluminação Pública	-	-	2	5	5
Serviço Público	28	32	35	38	39
Total	5.740	5.873	5.992	6.167	6.324
Variação	2,14%	2,32%	2,03%	2,92%	2,55%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de 162.862 MWh (162.693 MWh em 2019).

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

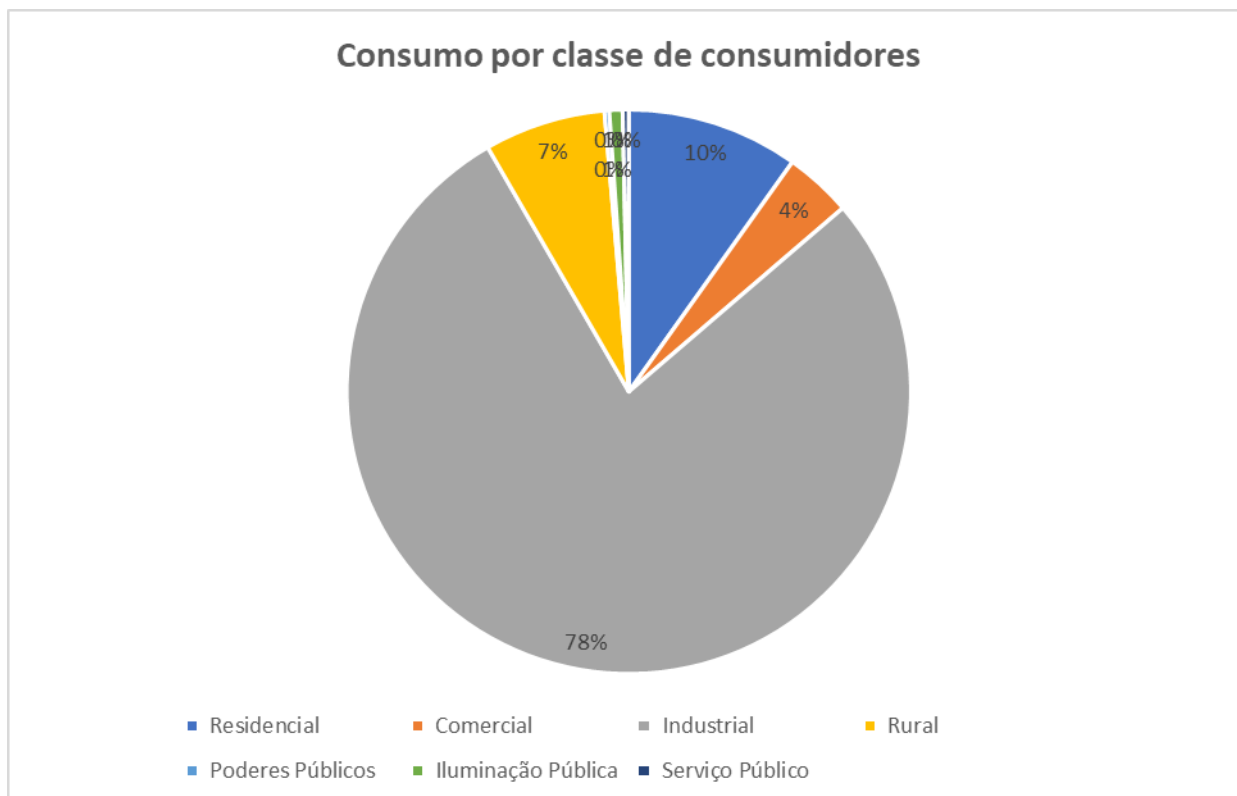
Mercado Atendido

Mercado Atendido - MWh	2016	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
Fornecimento	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
Residencial	12.973	13.767	13.925	15.416	16.044
Comercial	5453,993	5454,721	120044,525	6377,594	6289,229
Industrial	106377,122	110710,498	5596,244	127729,664	126953,456
Rural	8172,415	8526,233	9810,697	10848,313	11323,011
Poderes Públicos	605,95	623,721	649,677	659,468	447,007
Iluminação Pública	0	0	5,24	1277,901	1238,281
Serviço Público	361,436	399,627	415,851	384,756	567,087
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
Variação	6,66%	4,13%	7,86%	8,14%	0,10%

A seguir são apresentadas as perdas totais de energia sobre a energia requerida em 2020:

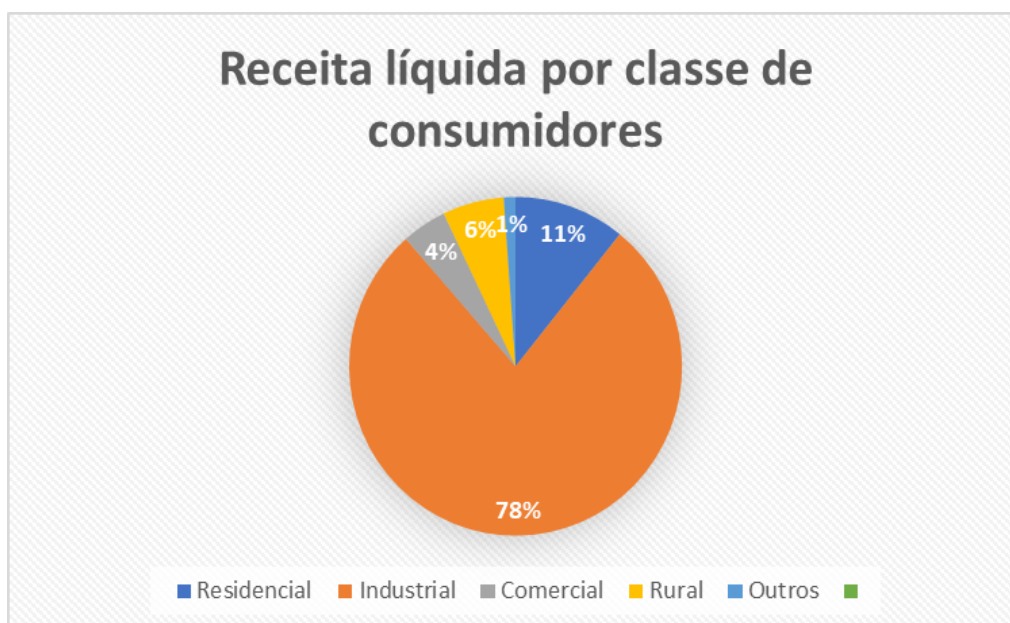
Balço Energético

Energia Requerida	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
- Fornecimento	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	133.944	139.482	150.447	162.693	162.862
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Pernas na Distribuição	4946	8083	9084	8165	7154
Perdas Técnicas	4946	8083	9084	8165	7154
Perdas não Técnicas - PNT	0	0	0	0	0
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	4946	8083	9084	8165	7154
PT / Energia Requerida %	3,56%	5,48%	5,69%	4,78%	4,21%
Total	138.890	147.565	159.531	170.858	170.016



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 55,6 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2020	2019	%
Residencial	5.996	5.557	7,91%
Industrial	43.279	40.965	5,65%
Comercial	2.414	2.332	3,51%
Rural	3.321	2.827	17,45%
Outros	636	640	-0,64%
Total	55.645	52.321	6,35%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 2,55% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2020	2019	%
Residencial	4.746	4.628	2,55%
Industrial	154	140	10,00%
Comercial	542	510	6,27%
Rural	790	801	-1,37%
Outros	92	88	4,55%
Total	6.324	6.167	2,55%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2020, atingiu R\$ 341,67/MWh, com aumento de 6% com relação a 2019. Por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.767, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020, as tarifas de aplicação da Cegero, constantes da Resolução Homologatória nº 2.619, de 24 de setembro de 2019, foram em média reajustadas em -0,02% (menos dois centésimos por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, em vigor no período de 30 de setembro de 2020 a 29 de setembro de 2021.

Tarifa média de fornecimento

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh
Residencial	373,74
Industrial	340,90
Comercial	383,78
Rural	293,28
Outros	282,24

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)	TMA
2020	8,99	4,39	N/A	1h43min

A Cegero foi regularizada como permissionária de serviço público de distribuição de energia em 2018, conforme resolução autorizativa nº 7.278/2018 e consequente resolução homologatória nº 2.487/2018.

Segundo o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 008/2018/ANEEL, a apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais, bem como relativos aos tempos de atendimento emergencial, devem ser iniciados na etapa 2 do contrato, período relativo aos 12 meses seguintes da etapa 1. Logo os indicadores da Cegero passaram a ser oficialmente apurados somente em 2020, impossibilitando o envio dos últimos 5 anos.

Com relação ao Tempo de Espera, segundo o art. 184 da Resolução nº 414/2010, a implantação da Central de Teletendimento – CTA é obrigatória para distribuidora com mais de 60 (sessenta) mil unidades consumidoras.

Atendimento ao consumidor – Foram adotadas todas as medidas obrigatórias da Resolução Normativa ANEEL nº 878/2020, para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19), como a suspensão do corte no fornecimento de energia até julho/2020, e também algumas medidas facultativas, por exemplo a suspensão do atendimento presencial bem no início da pandemia. Já a fatura continuou sendo entregue de forma impressa durante todo o período normalmente. O atendimento presencial retornou com todos os cuidados necessários incluindo a triagem dos colaboradores e visitantes.

Tecnologia da informação - Em 2020, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Início da adequação de toda infraestrutura de tecnologia lógica e física para com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Início do projeto de reformulação da Segurança da Informação, Plano de Continuidade de Negócio e Gestão de Risco da Informação, com a reestruturação de políticas de backups de bases de dados, segurança de redes de comunicação, controles de acesso, firewall,

homologações de softwares e hardwares, reestruturação de acesso a redes moveis, atualização de sistemas operacionais, treinamento e conscientização de usuários e etc;

- Início da migração dos módulos do sistema ERP de desktop para Web visando acessibilidade, disponibilidade, segurança, escalabilidade, melhor desempenho, e conseqüente economia de recursos aplicados;
- Assembleia Digital;
- Gestão da marca (branding);
- Melhorias no formato de atendimento digital automatizado ao consumidor no que se refere a site, agencia virtual, comunicados via sms, e-mail e telefonia.
- Continuidade nos estudos e encaminhamento do projeto de redes inteligentes com a implantação de novos religadores e medidores automatizados.
- Implantação de um modelo de gestão de incidentes baseado no modelo ITIL de aprendizado por maturidade.
- Manutenção da infraestrutura física e lógica.
- Melhorias no software de rastreamento de veículos em serviço, mapas, controle por GPS, e nos hardwares de comunicação por rádio.
- Manutenção e melhoria de softwares, hardwares e redes de conexão e servidor, no que se refere a leitura, desde aparelhos leitores e impressoras portáteis a conexão em redes sem fio em um novo servidor melhorado.

Desempenho econômico-financeiro - Em 2020, o lucro líquido foi de R\$ 5,5 milhões, contra R\$ 4,6 milhões em 2019, um crescimento de 20%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 50,9 milhões, enquanto em 2019 situou-se em R\$ 47,1 milhões, um aumento de 8%.

As despesas operacionais totalizaram em 2020 R\$ 9,2 milhões, 7,85% superiores em relação à 2019.

Foi realizado o Leilão de Compra de Energia Elétrica, no dia 18 de novembro de 2020, tendo como empresa vencedora do certame a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, com o preço base de R\$ 148,28/MWh. O contrato tem duração de pouco mais de 12 anos, com início do fornecimento em novembro de 2021, representando um total de R\$ 153.080.977,81 (cento e cinquenta e três milhões, oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) em energia contratada. Estima-se que a compra de energia no mercado livre resultará em uma economia de mais de R\$ 280 milhões ao longo de 12 anos e 2 meses de contrato.

Investimentos

Em 2020, entre os investimentos da Cooperativa, destacam-se:

01. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição, repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc.
02. Investimento em transformadores novos no valor de R\$ 292.293,04.
03. Foram comprados neste exercício, cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 786.067,89.
04. Dando continuidade às melhorias das redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 251 novos postes de várias bitolas (R\$ 450.432,86), bem como 375 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 50.809,35), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 20.425,38), totalizando investimento de R\$ 521.667,59.
05. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.365 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 78.229,15.
06. Foram utilizados 120 novos para-raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para-raios danificados, no valor total de R\$ 29.497,30.
07. Instaladas 162 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 32.265,20), 6 chaves seccionadoras By Pass (R\$ 6.350,51), 3 chaves seccionadoras polimérica (R\$ 1.560,00) e 64 chaves seccionadora porcelana (R\$ 25.697,65), totalizando investimento de R\$ 65.873,36.
08. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 911 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² (R\$ 55.672,80) e 380 hastes de terra (R\$ 16.040,10) no valor total de R\$ 71.712,90.

09. Para execução de projetos de construção, ampliação, melhoria e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, foram realizados 220 projetos, no valor aproximado de R\$ 1.665.880,00.
10. Aquisição de 417 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 125.194,71.
11. Aquisição de 1 novo religador trifásico, com controle automático, investimento de R\$ 55.560,20.
12. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 35.403,26.
13. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando ao máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 540.111,60.

Em 2021, estão previstos os seguintes investimentos:

1. Inspeção termográfica nas redes de distribuição e subestação Cegero no valor de R\$ 5.700,00;
2. Melhoria da Rua 12 de Junho, valor de R\$ 51.000,00;
3. Melhoria da rede no Bairro Serraria, valor de R\$ 90.000,00;
4. Construção de anel entre as localidades de Rio Glória Alto e Rio Glória Baixo, no valor de R\$ 102.000,00;
5. Melhoria rede AT e BT no Bairro Santo Antônio, valor de R\$ 20.000,00;
6. Melhoria de rede AT e BT na Estrada Geral Morro do Cruzeiro, com instalação de um religador automático, valor da obra R\$ 148.000,00;
7. Melhoria e construção de rede nova em AT e BT na comunidade da Taipa, no valor de R\$ 110.000,00;
8. Melhoria de rede AT e BT, Bairro Bom Retiro, valor de R\$ 136.000,00;
9. Melhoria de rede AT e BT na Estrada Geral 3 Divisas, alterando o trajeto da rede para a estrada, no valor de R\$ 190.000,00;
10. Manutenção na subestação Cegero, valor de R\$ 50.000,00;
11. Aquisição de um banco de reguladores de tensão, utilizado para reserva / emergência, no valor de R\$ 170.000,00;
12. Melhoria de rede na comunidade de Rio Coral, alterando o trajeto da rede para a estrada, no valor de R\$ 63.000,00;

13. Melhoria de rede na comunidade de Bom Retiro Baixo, alterando o trajeto da rede para a estrada, no valor de R\$ 132.000,00;
14. Projeto de repotencialização dos transformadores, valor aproximado de R\$ 300.000,00;
15. Construção de novo alimentador com 4,7km de redes de média tensão, o sétimo da Cegero, para atender as novas cargas e crescimento das existentes, no valor de R\$ 818.590,00;
16. Ampliação da subestação Cegero 138 kV, com a instalação do terceiro transformador de 20/26 MVA, o TT3, ampliando a capacidade de distribuição de energia da Cegero de 40 / 52 MVA para 60 / 78 MVA. Valor estimado da obra de R\$ 5.200.000,00;
17. Instalação de medidores de qualidade da energia, sorteados pela Aneel, com medição automatizada e envio de relatórios mensais da qualidade da energia à Aneel. Serão 120 medidores instalados no ano de 2021, valor aproximado dos custos de instalação de R\$ 320.000,00;
18. Construção de uma linha de transmissão em 138 kV, com 30,2 km de extensão, melhorando a qualidade da energia recebida pela Cegero, assim como a aquisição de uma energia de menor custo. Valor estimado da execução do projeto de até R\$ 60.000.000,00, a ser dividido entre Cegero e a Cerbranorte. Valor estimado da Cegero R\$ 30.000.000,00.

Gestão pela qualidade total: Como forma de atestar a qualidade dos serviços prestados, em 2020, a Cegero teve o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela NBR ISO 9001 e 10002, atestando que toda a Cooperativa, ou seja, todos os setores, seguem padrões internacionais de qualidade, visando sempre a isonomia e excelência nos serviços prestados. Também iniciaram-se os trabalhos de adequação à NBR ISO 14.001, buscando atestar o comprometimento com o meio ambiente, com previsão de certificação em 2021.

Recursos humanos: Manutenção dos treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente, com recursos próprios e recursos do SESCOOP/SC.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Relatório da Administração Societário.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

São Ludgero, 26 de abril de 2021.

A Administração

6- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias

6.1- Balanço Patrimonial

ATIVO

Descrição	NEs	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		31.142	24.531
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.174	12.668
Caixa		2	3
Numerários em Trânsito		9	407
Bancos Conta Movimento		3.346	71
Aplicações no Mercado Aberto		15.817	12.188
Direitos Realizáveis		11.968	11.863
Consumidores	4.	9.395	10.144
Encargos de Uso da Rede	4.	0	0
Serviços em Curso		40	31
Tributos Compensáveis		55	40
Depósitos Judiciais e Cauções		0	0
Almoxarifado Operacional		49	52
Ativos Financeiros Setoriais	6.	1.903	1.216
Despesas pagas Antecipadamente		2	5
Outros Ativos Circulantes		523	375
Não Circulante		27.062	22.810
Realizável a Longo Prazo		71	47
Tributos Compensáveis		71	47
Outros Ativos não Circulantes		0	0
Investimento		43	38
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica		43	38
Bens de Uso	5.	26.925	22.692
Imobilizado		26.925	22.692
Intangível	5.3	22	32
Intangível		22	32
Total do Ativo		58.204	47.341

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PASSIVO

Em mil R\$

Descrição	NEs	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		14.959	9.130
Fornecedores		5.159	4.061
Obrigações Sociais e Trabalhistas		662	649
Tributos		2.012	1.300
Provisão para Litígios	7.	0	0
Encargos Setoriais		1.501	1.450
Passivos Financeiros Setoriais	6.	5.229	1.253
Outros Passivos Circulantes		396	417
Não Circulante		392	136
Participação Financeira do Consumidor	10.	392	136
Patrimônio Líquido	11.	42.854	38.075
Capital Social		222	215
Reservas de Capital		41.803	37.171
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias		36.194	32.327
Fundo de Reserva		4.980	4.427
FATES		629	417
Sobras à Disposição da Assembleia		829	688
Total do Passivo		58.204	47.341

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

6.2- Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Em mil R\$	
	31/12/2020	31/12/2019
01. Receita Operacional Bruta	77.760	71.124
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	73.358	69.682
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	2.334	(237)
(+) Serviços Cobráveis	38	38
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	1.564	1.088
(+) Outros Ingressos e Rendas	466	553
02. Dedução da Receita Bruta	(26.875)	(24.034)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(17.908)	(16.729)
(-) Encargos do Consumidor	(8.968)	(7.305)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	50.885	47.090
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(37.755)	(35.478)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(37.755)	(35.478)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	13.130	11.612
06. Despesas Operacionais	(9.204)	(8.534)
(+) Recuperação de Despesas	69	65
(-) Pessoal e Administrativo	(4.248)	(4.307)
(-) Material	(435)	(400)
(-) Serviços de Terceiros	(1.468)	(1.048)
(-) Depreciações	(1.301)	(1.280)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(383)	(273)
(-) Seguros	(18)	(22)
(-) Despesas Tributárias	(16)	(17)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(683)	(560)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	(57)	(72)
(-) Outras Despesas Operacionais	(664)	(621)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.926	3.078
08. Resultado Financeiro	1.054	1.205
(+) Receita de Aplicação Financeira	326	650
(+) Outras Receitas Financeiras	898	636
(-) Outras Despesas Financeiras	(171)	(81)
09. Resultado Líquido (7+8)	4.980	4.283
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(209)	(326)
(-) Provisão Contribuição Social	(62)	(93)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(147)	(233)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
11. Resultados Abrangentes	753	633
(+) Reversão FATES	753	633
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
12. Base para Destinações (9+10+11)	5.524	4.590
13. Destinações Estatutárias	(4.695)	(3.901)
(-) Reserva Legal 10%	(552)	(459)
(-) FATES 5%	(276)	(229)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.867)	(3.213)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	829	688

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

6.3- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em mil R\$

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2018	204	205	3.968	29.115	615	34.107
MUTAÇÕES EM 2019	11	212	459	3.213	73	3.968
Integralização de Capital	12	0	0	0	0	12
Incorporação das Sobras	0	615	0	0	(615)	0
Devolução de Capital	(1)	0	0	0	0	(1)
Reversão das Reservas	0	(633)	0	0	0	(633)
Resultado do Exercício	0	0	0	0	4.590	4.590
Destinações	0	229	459	3.213	(3.901)	0
SALDO EM 31/12/2019	215	417	4.427	32.327	688	38.075
MUTAÇÕES EM 2020	8	212	552	3.867	140	4.779
Integralização de Capital	10	0	0	0	0	10
Incorporação das Sobras	0	688	0	0	(688)	0
Devolução de Capital	(3)	0	0	0	0	(3)
Reversão das Reservas	0	(753)	0	0	753	0
Resultado do Exercício	0	0	0	0	4.771	4.771
Destinações	0	276	552	3.867	(4.695)	0
SALDO EM 31/12/2020	222	629	4.980	36.194	829	42.854

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

6.4- Demonstração do Fluxo de Caixa

Em mil R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
1 - Sobras Líquidas	4.980	4.283
Sobras Líquidas	4.980	4.283
2 - Ajuste Por	6.419	(5.807)
Depreciação e Amortização	725	935
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	749	(1.863)
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(0)	(0)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(39)	86
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(10)	(7)
(Aumento) ou Diminuição de Almoarifado	3	15
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(687)	(1.004)
(Aumento) ou Diminuição de Depósitos Judiciais e Cauções	0	10
(Aumento) ou Diminuição de Desp. pagas antecipadamente	3	(0)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(153)	(25)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.097	(8.101)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	13	104
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	712	1.205
(Diminuição) ou Aumento de Provisão para Litígios	0	(150)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	51	1.446
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	3.976	1.230
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(21)	312
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	11.398	(1.524)
4 - Caixa Provenientes das Operações	(209)	(326)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(209)	(326)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.	11.190	(1.850)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(4.692)	(1.391)
Ativo Imobilizado / Intangível	(4.943)	(1.474)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	256	106
Participação em Cooperativas de Crédito	(5)	(22)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	8	11
Integralização de Capital	10	12
Devolução de Capital	(3)	(1)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	6.506	(3.230)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	6.506	(3.230)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	12.668	15.898
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	19.174	12.668

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

6.5- Notas Explicativas

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2020.

Valores Expressos em Milhares de Reais (Exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CEGERO é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da cooperativa através de processo de revisão tarifária.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da CEGERO. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias diferentes das normas regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor. As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

A Demonstração do Resultado do Abrangente não está sendo apresentada devido aos seus efeitos estarem suficientemente apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, no presente relatório exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Concessão.

Em 23 de outubro de 2018, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, firmou o Contrato de Permissão para Distribuição nº 008/2018-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

3.2 Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização e;
- d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.5 Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL ainda não foi determinada.

3.7 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.8 Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas entendendo também não estar sujeita a consolidação de suas demonstrações por se tratar de uma sociedade de pessoas e não de capital, regida por lei própria que a distingue das demais sociedades.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2020	Total 2019		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos				
Fornecimento de Energia	8.196	17	624	2	4	195	-	200	228	312	41	308	-	331	9.395	10.144
Residencial	660	0	126	1	2	4	-	7	1	-	1	-	-	-	788	812
Industrial	6.168	-	341	-	0	172	-	173	226	312	40	308	-	331	7.063	7.626
Comercial	335	-	76	1	1	15	-	15	-	-	-	-	-	-	412	409
Rural	465	-	70	-	-	3	-	3	1	-	0	-	-	-	536	465
Poderes Públicos	24	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	34
Iluminação Pública	35	-	3	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	38	31
Serviço Público	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-
Fornecimento Não Faturado	460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	460	645
Serviço Taxado	6	-	3	0	0	0	-	1	-	-	-	-	-	-	9	7
Participação Financeira	22	17	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	52
Outros Créditos de Consumidores	1	-	4	0	0	0	-	0	-	-	-	-	-	-	5	63
Encargos de Uso da Rede Elétrica	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Total	8.196	17	624	2	4	195	-	200	228	312	41	308	-	331	9.396	10.144

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos:
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Neste exercício foram baixados do saldo de contas a receber o montante de R\$ 135.407,99 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e noventa e nove centavos) decorrentes de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Outorgada não obteve sucesso.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	29.578	2.263	(789)	-	-	31.053	1.475	(10.018)	21.035	20.204	-	-	-
Terrenos	315	-	-	-	-	315	-	-	315	315	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	219	-	-	-	-	219	-	(86)	133	141	-	-	-
Máquinas e equipamentos	27.595	2.250	(782)	-	-	29.063	1.468	(8.817)	20.246	19.327	-	-	-
Veículos	1.276	9	(7)	-	-	1.278	2	(1.040)	238	312	-	-	-
Móveis e utensílios	174	4	-	-	-	178	4	(75)	103	110	-	-	-
Administração	2.280	25	(77)	-	-	2.228	(52)	(1.143)	1.085	1.209	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.311	13	(77)	-	-	1.247	(64)	(652)	595	668	-	-	-
Veículos	237	-	-	-	-	237	-	(196)	41	65	-	-	-
Móveis e utensílios	732	12	-	-	-	744	12	(294)	449	476	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	31.858	2.288	(866)	-	-	33.281	1.423	(11.161)	22.120	21.413	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	1.279	9.835	(6.309)	-	-	4.805	3.526	-	4.805	1.279	-	-	-
Máquinas e equipamentos	363	2.945	(2.568)	-	-	739	377	-	739	363	-	-	-
Outros	917	6.890	(3.740)	-	-	4.066	3.149	-	4.066	917	-	-	-
Administração	-	25	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	13	(13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	12	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.279	9.860	(6.333)	-	-	4.805	3.526	-	4.805	1.279	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	33.137	12.148	(7.199)	-	-	38.086	4.949	(11.161)	26.925	22.693	-	-	-

5.2. Composição dos saldos do ativo imobilizado

	2020			2019
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	4,0%	31.053	(10.018)	21.035
Custo histórico	4,0%	31.053	(10.018)	21.035
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Administração	6,7%	2.228	(1.143)	1.085
Custo histórico	6,7%	2.228	(1.143)	1.085
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
		33.281	(11.161)	22.120
Em curso				
Distribuição	-	4.805	-	4.805
Administração	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de	-	-	-	-
	-	4.805	-	4.805
		38.086	(11.161)	26.925
				22.693

5.3. A composição do intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço							
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	48	(1)	47	(1)	(25)	22	32
Softw ares	45	(1)	44	(1)	(24)	20	30
Outros	3	-	3	-	(1)	2	2
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	48	(1)	47	(1)	(25)	22	32
Total do Ativo Intangível	48	(1)	47	(1)	(25)	22	32

5.4 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	27.595	2.249	- 780	29.063	1.468
Transformador de Distribuição	2.807	417	(236)	2.988	181
Medidor	994	115	(74)	1.035	40
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4.161	577	(88)	4.650	489
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	10.687	1.074	(369)	11.392	705
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	7.957	6	(2)	7.961	4
Demais Máquinas e Equipamentos	988	60	(11)	1.037	49

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	2.172	436	300	49	2.958
Móveis e Utensílios	-	16	-	-	16
Material em Depósito	2.322	-	-	-	2.322
Compras em Andamento	1.935	-	-	-	1.935
Adiantamentos a Fornecedores	2.629	-	-	-	2.629
Total das Adições	9.057	453	300	49	9.860

5.6 Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Medida	4,35
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.7 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Valor R\$
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 11/600 DAN	181.143,18
TRANSFORMADOR 13,8KV 380/220V 75KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	135.074,73
CABO MULTIPLEX ALUMÍNIO XLPE 3X1X50MM ² + 1X50MM ² NEUTRO NU	123.722,58
POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 12/600 DAN	104.487,85
TRANSFORMADOR 13,8KV 380/220V 45KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	104.122,37
CABO ALUMÍNIO COM ALMA NU 2 AWG CAA	92.294,55
TRANSFORMADOR 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	87.934,38
CABO MULTIPLEX ALUMÍNIO XLPE 3X1X35MM ² + 1X35MM ² NEUT ISOLADO	81.646,71
RELIGADOR 15KV 800A TRIFÁSICO AUTOMATICO 16KA CONTROLE RC10	79.724,10
POSTE DE CONCRETO DT 11/300 DAN	79.667,42

5.8 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	Total
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	106.919,56
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO	61.428,59
MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	52.770,41
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	44.402,35
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 45 KVA TRIFÁSICO	38.665,57
RELIGADOR 15kv, 630A, TRIFÁSICO, ELETRÔNICO, 16 kA	34.150,47
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 150 KVA TRIFÁSICO	32.823,94
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 15 KVA TRIFÁSICO	28.807,50
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10 M / 300 daN	24.725,94
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 380/220 V 225 KVA TRIFÁSICO	23.383,87

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001 e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

A CEGERO não apurou saldos para compensação de variações de custos da "Parcela A".

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/20	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.216	3.495	-2.808	1.903	955	948	1.903
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	426	-194	232	104	128	232
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.216	3.069	-2.614	1.671	850	820	1.671
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.216	3.495	-2.808	1.903	955	948	1.903

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/20	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.253	11.607	(7.631)	5.229	3.642	1.587	5.229
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	425	505	(346)	584	-	584	584
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-
Outros	828	11.101	(7.284)	4.645	3.642	1.003	4.645
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.253	11.607	(7.631)	5.229	3.642	1.587	5.229

I) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste/revisão tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

II) Outros

Trata-se do valor referente a retenção de adicionais de Bandeiras Tarifárias e PIS/COFINS no suprimento de energia.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CEGERO não operou nenhum empréstimo ou financiamento nos exercícios de 2019 e 2020, em empresas ou entidades financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CEGERO não apurou diferenças temporárias de imposto de renda e a contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Cooperativa não possui litígios conceitualmente classificados como de materialidade negativa provável que possam resultar em obrigações.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

10.1. A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		357	0	0	357
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	1,3%	148	0	0	148
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	1,6%	209	0	0	209
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0	0	0	0
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0	0	0	0	0
(-) Amortização Acumulada - AIS		(5)	0	0	(5)
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	0	(2)	0	0	(2)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	(3)	0	0	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0	0	0	0
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0	0	0	0	0
Em curso		41	0	0	41
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	0	41	0	0	41
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	0	0	0	0
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0	0	0	0
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0	0	0	0	0
Total		392	0	0	392

10.2. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (a)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (a)+(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	0	357	357	357	(5)	351	0
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	0	148	148	148	(2)	146	0
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	209	209	209	(3)	206	0
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	0	0	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	357	357	357	(5)	351	0

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (a)+(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em Curso	136	355	(450)	41	(95)	0	41	136
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	136	355	(450)	41	(95)	0	41	136
Total	136	355	(450)	41	(95)	0	41	136

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.001 (Cinco mil e um) associados em 31 de dezembro de 2020.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva para Expansão e Melhorias: é constituído estatutariamente por 70% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Resultado Líquido	4.980	4.283
Tributos e Contribuições S/Resultado	(209)	(326)
(-) Provisão Contribuição Social	(62)	(93)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(147)	(233)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	753	633
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0	0
(+) Reversão Doações e Subvenções	0	0
(+) Reversão FATES	753	633
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações (9+10+11)	5.524	4.589
Destinações Estatutárias	(4.695)	(3.901)
(-) Reserva Legal 10%	(552)	(459)
(-) Fates 5%	(276)	(229)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.867)	(3.213)
Sobras Líquidas do Período (12+13)	829	688

11.4. Ajustes de exercícios anteriores

A Cooperativa não identificou a necessidade de ajustes de exercícios anteriores de qualquer natureza.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado	6.450	6.399	162.862	162.693	73.536	69.035
Residencial	4.815	4.679	16.044	15.415	7.436	6.888
Industrial	161	239	126.953	127.730	57.650	54.619
Comercial	557	541	6.289	6.378	3.212	3.107
Rural	825	848	11.323	10.848	4.395	3.586
Poder público	48	49	447	659	235	313
Iluminação pública	5	5	1.238	1.278	348	361
Serviço público	39	38	567	385	259	161
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	7	2
Encargos de conexão de agentes de geração					7	2
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(185)	645
Regulatórias	-	-	-	-	3.936	889
Constituição e Amortiz - Demais Ativos e Passivos					2.334	-237
Financeiros Setoriais						
Serviços Cobráveis					38	38
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.564	1.088
Total	6.450	6.399	162.862	162.693	77.294	70.571

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019 a CEGERO não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores

2020 2019

	2020	2019
Pessoal	3.893	3.956
Remuneração	2.591	2.455
Encargos	882	948
Despesas rescisórias	11	92
Outros benefícios - Corrente	385	379
Outros	23	82
Administradores	354	351
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	354	351
Total	4.248	4.307

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, cujo desempenho encontra-se retratado na Demonstração do Resultado do Exercício.

17. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

A Cegero, sediada na cidade de São Ludgero - SC, atende cerca de 6 mil unidades consumidoras, cujo o consumo de energia representa uma receita de 52 milhões de reais. No ano de 2020 a permissionária foi submetida ao processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA. Por ter optado em assinar o Termo Aditivo ao contrato de permissão, aprovado pela REN 704/2016, a definição da parcela B seguiu a regra descrita no submódulo 8.4 do PRORET.

A RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.767, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2020, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – Cegero.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	9.176.933,83	9.372.316,96	2,13%	0,38%	16,06%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	49.423,09	52.307,65	5,84%	0,01%	0,09%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.686.041,48	8.163.288,37	6,21%	0,92%	13,99%
PROINFA	1.441.469,27	1.156.720,94	-19,75%	-0,55%	1,98%
ENERGIA COMPRADA	24.749.322,32	30.515.704,06	23,30%	11,07%	52,28%
Energia	24.749.322,32	30.515.704,06	23,30%	11,07%	52,28%
TRANSPORTE DE ENERGIA	7.160.487,67	7.699.732,51	7,53%	1,04%	13,19%
Uso do sistema de distribuição	7.160.487,67	7.699.732,51	7,53%	1,04%	13,19%
Total de Parcela A	41.086.743,82	47.587.753,53	15,82%	12,48%	81,53%
Total de Parcela B	10.998.072,01	10.781.532,74	-1,97%	-0,42%	18,47%
Variação econômica				12,07%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		1.275.415,81		2,45%	
Neutralidade Encargos Setoriais		156.668,66		0,30%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(1.669.362,98)		-3,21%	
Financeiro COVID		(3.793.801,00)		-7,28%	
Total Financeiros		(4.031.079,52)		-7,74%	
Variação econômica e financeira				4,33%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				-3,77%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				-0,58%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-0,02%	

Os custos da Parcela A representam 81,53% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa 12,48% da variação econômico financeira da Cegero, cuja variação total foi de 12,07%, com destaque para:

a) Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais variou em 2,13% em comparação aos valores referentes ao último processo tarifário, correspondendo ao efeito de 0,38% no presente reajuste tarifário.

b) Custos de Transmissão. Variação de 7,53% em relação ao processo anterior, equivalendo a um impacto tarifário de 1,04%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário de 2020 da CELESC.

c) Compra de Energia. Variação de 23,30% em relação ao processo anterior, correspondendo ao efeito de 11,07% no presente reajuste tarifário. Esse impacto é reflexo da nova tarifa de suprimento da CELESC para a Cegero e dos novos valores de desconto da TE.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 18,47% da Receita, resultando num efeito de -0,42% na variação econômico financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de 12,07%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -7,74%, contribuindo com o efeito final de 4,33% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a Cegero. Quanto aos componentes financeiros apresentados, destaca-se a inclusão dos valores recebidos da conta-covid que contribuíram para uma redução de -7,28%.

SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto à subvenção da CDE para descontos tarifários, o valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cegero, no período de competência de setembro de 2020 a agosto de 2021, até o 10º dia útil do mês subsequente, é de R\$ 57.330,31. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2019 a agosto de 2020. A Tabela a seguir mostra o cálculo:

Tipo de Subsídio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2020/2021	Previsão 2020/2021 + Diferença
Subsídio Geração Fonte Incentivada	628,96	368,64	997,59
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	491,39	1.392,16	1.883,54
Subsídio Rural	(3.335,74)	49.289,60	45.953,85
Subsídio - Irrigante/Aquicultor	(2.640,75)	11.136,07	8.495,32
TOTAL	(4.856,15)	62.186,46	57.330,31

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.	2020			2019		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Descrição						
Circulante	31.142		31.142	24.531		24.531
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.174		19.174	12.668		12.668
Caixa	2		2	3		3
Numerários em Trânsito	9		9	407		407
Bancos Conta Movimento	3.346		3.346	71		71
Aplicações no Mercado Aberto	15.817		15.817	12.188		12.188
Direitos Realizáveis	11.968		11.968	11.863		11.863
Consumidores	9.395		9.395	10.144		10.144
Serviços em Curso	40		40	31		31
Tributos Compensáveis	55		55	40		40
Depósitos Judiciais e Cauções	0		0	0		0
Almoxarifado Operacional	49		49	52		52
Ativos Financeiros Setoriais	1.903		1.903	1.216		1.216
Despesas pagas Antecipadamente	2		2	5		5
Outros Ativos Circulantes	523		523	375		375
Não Circulante	27.062		27.062	22.809		22.809
Realizável a Longo Prazo	402		71	373		47
Tributos Compensáveis	71		71	47		47
Outros Ativos não Circulantes	331	-331	0	326	-326	0
Investimento	43		43	38		38
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica	43		43	38		38
Bens de Uso	1.937		26.925	2.173		22.692
Imobilizado	1.937	24.988	26.925	2.173	20.519	22.692
Intangível	24.680		22	20.225		32
Intangível	24.680	-24.657	22	20.225	-20.193	32
Total do Ativo	58.204	-	58.204	47.341		47.341
BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.						
Descrição						
Circulante	14.959		14.959	9.130		9.130
Fornecedores	5.159		5.159	4.061		4.061
Obrigações Sociais e Trabalhistas	662		662	649		649
Tributos	2.012		2.012	1.300		1.300
Provisão para Litígios	0		0	0		0
Encargos Setoriais	1.501		1.501	1.450		1.450
Passivos Financeiros Setoriais	5.229		5.229	1.253		1.253
Outros Passivos Circulantes	396		396	417		417
Não Circulante	392		392	136		136
Participação Financeira do Consumidor	392		392	136		136
Patrimônio Líquido	42.854		42.854	38.075		38.075
Capital Social	222		222	215		215
Reservas de Capital	41.803		41.803	37.171		37.171
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias	36.194		36.194	32.327		32.327
Fundo de Reserva	4.980		4.980	4.427		4.427
FATES	629		629	417		417
Sobras à Disposição da Assembleia	829		829	688		688
Total do Passivo	58.204		58.204	47.341		47.341

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC. Descrição	2020			2019		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
01. Receita Operacional Bruta	80.007		77.760	72.403		71.124
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	73.358		73.358	69.682		69.682
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	2.334		2.334	(237)		(237)
(+) Serviços Cobráveis	38		38	38		38
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	1.564		1.564	1.088		1.088
(+) Outros Ingressos e Rendas	2.713	(2.247)	466	1.832	(1.279)	553
02. Dedução da Receita Bruta	(26.875)		(26.875)	(24.034)		(24.034)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(17.908)		(17.908)	(16.729)		(16.729)
(-) Encargos do Consumidor	(8.968)		(8.968)	(7.305)		(7.305)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	53.132		50.885	48.369		47.090
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(37.755)		(37.755)	(35.478)		(35.478)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(37.755)		(37.755)	(35.478)		(35.478)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	15.377		13.130	12.891		11.612
06. Despesas Operacionais	(11.451)		(9.204)	(9.813)		(8.534)
(+) Recuperação de Despesas	69		69	65		65
(-) Pessoal e Administrativo	(4.248)		(4.248)	(4.307)		(4.307)
(-) Material	(435)		(435)	(400)		(400)
(-) Serviços de Terceiros	(1.468)		(1.468)	(1.048)		(1.048)
(-) Depreciações	(1.301)		(1.301)	(1.280)		(1.280)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(383)		(383)	(273)		(273)
(-) Seguros	(18)		(18)	(22)		(22)
(-) Despesas Tributárias	(16)		(16)	(17)		(17)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(683)		(683)	(560)		(560)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	(57)		(57)	(72)		(72)
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.911)	2.247	(664)	(1.900)	1.279	(621)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.926		3.926	3.078		3.078
08. Resultado Financeiro	1.054		1.054	1.205		1.205
(+) Receita de Aplicação Financeira	326		326	650		650
(+) Outras Receitas Financeiras	898		898	636		636
(-) Outras Despesas Financeiras	(171)		(171)	(81)		(81)
09. Resultado Líquido (7+8)	4.980		4.980	4.283		4.283
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(209)		(209)	(326)		(326)
(-) Provisão Contribuição Social	(62)		(62)	(93)		(93)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(147)		(147)	(233)		(233)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
11. Resultados Abrangentes	753		753	633		633
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0		0	0		0
(+) Reversão Doações e Subvenções	0		0	0		0
(+) Reversão FATES	753		753	633		633
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS						
12. Base para Destinações (9+10+11)	5.524		5.524	4.590		4.590
13. Destinações Estatutárias	(4.695)		(4.695)	(3.901)		(3.901)
(-) Reserva Legal 10%	(552)		(552)	(459)		(459)
(-) FATES 5%	(276)		(276)	(229)		(229)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.867)		(3.867)	(3.213)		(3.213)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	829		829	688		688

18.1 EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

18.1.1 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

18.1.2 ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

18.1.3 ATIVO INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

18.1.4 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.2 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01). Esta atualização produz efeitos sobre a provisão para o imposto de renda e contribuição social. Em 2020 não houve ainda a implantação do VNR (Valor Novo de Reposição).



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Valentim Baschirotto
Secretário
CPF: 343.516.129-91



Adilson Soethe
Contador CRCSC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

7- Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, com data de 12 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC

Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

2

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 26 de Abril de 2021.

HERMENEGILDO JOAO Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953 VANONI:29601045953
Dados: 2021.04.28 10:23:16 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012